

DESPERDÍCIO DE TALENTO

Leandro R. Tessler*

* Professor do IFGW — Unicamp. Coordenador Executivo da Comissão Permanente para os Vestibulares (COMVEST), Unicamp. E-mail: tessler@ifi.unicamp.br

Capítulo 2

Desperdício de Talento

Apesar de avanços significativos nos últimos anos, o Brasil continua com uma performance discreta em termos de inovação e aplicações práticas de resultados de pesquisas acadêmicas. Isso certamente se deve a vários fatores conjecturais, alguns dos quais abordaremos neste artigo.

O Brasil tem um índice muito baixo de sua população com formação superior. Segundo o PNAD 2003 do IBGE¹, somente 10,8% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos estão matriculados em algum curso superior. Apenas 7,9% da população com mais de 25 anos tem formação superior. Entre os 10 maiores cursos por número de matrículas², apenas 2 são da área técnica (Engenharia e Ciência da Computação) correspondendo a 7,3% dos estudantes. Isso corresponde à metade das matrículas em Administração (14,9%). Vale lembrar que cerca de 80% de nossos engenheiros foram formados em instituições com pouca ou nenhuma atividade de pesquisa, utilizando *currícula* bastante limitados e específicos para seu adestramento na profissão desejada³.

¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003 (PNAD 2003), <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2003/default.shtm>, acesso em 25/03/2007.

² Censo da Educação Superior 2004 — Resumo Técnico MEC/INEP/DEAES, disponível em http://www.inep.gov.br/download/superior/2004/censosuperior/Resumo_tecnico-Censo_2004.pdf, acesso em 25/03/2007

³ Sinopse Estatística da Educação Superior — Graduação, MEC/INEP/DEAES, disponível em http://www.inep.gov.br/download/superior/2005/Sinopse_2005a.zip, acesso em 25/03/2007.

O Brasil desperdiça grande parte de seu talento para a inovação. Já foi feita várias vezes uma comparação entre inovação e futebol. Temos uma das melhores equipes de futebol do mundo porque existe uma rede muito efetiva de caça aos talentos. Todo menino (e nos últimos anos meninas) passaram pela experiência de jogar futebol na rua, na escola, no bairro. Se estou escrevendo este artigo é porque meu talento para o futebol é muito limitado. Se não fosse eu certamente teria encontrado o caminho para as grandes equipes. Assim como o talento para o futebol, o talento para a pesquisa e para a inovação deve estar distribuído de forma homogênea na população. Ocorre que devido a fatores sócio-econômicos uma parcela muito importante da população abandona a escola desde os primeiros anos da educação. Processos seletivos para o ensino superior excludentes, que favorecem a camada mais abastada da população, se por um lado perpetuam a composição das elites nacionais por outro certamente contribuem para o desperdício de talento. Para completar, a arquitetura acadêmica do ensino superior brasileiro, ou seja, a forma como se organizam os cursos de graduação e o sistema de seleção com opção precoce por curso têm conseqüências deletérias sobre a formação para a inovação.

O ensino superior tem como objetivo último formar cidadãos que possam contribuir para o progresso da sociedade em que vivem. Para realizar plenamente essa função diferentes estratégias são adotadas no mundo todo. Estabeleceu-se um primeiro estágio de formação que deve capacitar profissionais, a graduação, e um estágio subseqüente para formar a elite dos profissionais com vocação para a pesquisa e a inovação. Um modelo extremamente bem sucedido (ainda que caro) de instituição de ensino superior chama-se universidade. A universidade é uma instituição milenar onde cultiva-se o saber. Nas universidades modernas busca-se aliar a formação do indivíduo à geração de conhecimento através da pesquisa e da inovação. Como conseqüência, as universidades não podem prescindir de programas de pós-graduação nos quais a formação só pode ocorrer através da pesquisa e do desenvolvimento de novas idéias.

O sistema de educação superior brasileiro é muito peculiar. A constituição garante a existência de instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas. Ao mesmo tempo, ela não permite a cobrança de mensalidades nas instituições públicas (algumas IES

públicas existentes antes da promulgação da constituição de 1989 podem cobrar mensalidade de seus estudantes). As privadas, ao contrário, têm em geral como fonte única de recursos as mensalidades pagas por seus alunos. No setor privado, com honrosas e relevantes exceções, proliferam “universidades” nas quais pesquisa resume-se a consultas bibliográficas (em algumas nem isso, pois a internet vem substituindo com custo muito inferior as bibliotecas como fonte única de informação). Existem programas de pós-graduação para todos os gostos, desde mestrados e doutorados até a “pós-graduação *lato-senso*”, passando pelos MBAs, modalidade de extensão que vem proliferando como uma cópia mal-feita do original norte-americano. O sistema todo é regulado pelos Conselhos Estaduais de Educação, pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério da Educação (MEC). Além disso os conselhos profissionais, versão contemporânea das corporações de ofício, são frequentemente ouvidos sobre como deve ser a formação profissional e não raro podem intervir na abertura de novos cursos e na própria formação dos profissionais.

Os estudantes só podem ingressar no sistema de ensino superior através de exames que buscam aferir o mérito de cada um, os vestibulares. Cada instituição ou conjunto de instituições organiza uma bateria de provas para determinar entre os postulantes aqueles com maior mérito. A escolha da profissão ocorre no momento em que os candidatos inscrevem-se nos vestibulares, aos 17 ou 18 anos. Existem pouquíssimas universidades que permitem entrada na instituição com posterior opção por um curso.

O ensino superior no Brasil começou a existir de fato no início do século 20, quando em todo o país setores das elites locais engendraram esforços para o estabelecimento de instituições de qualidade comparável às então existentes no hemisfério norte. As primeiras instituições, que mais tarde deram origem ao sistema de universidades federais, emulavam o modelo organizacional e acadêmico da Universidade de Coimbra da época. Elas ofereciam essencialmente cursos para formar profissionais nas ocupações de prestígio de então: medicina, engenharia, direito. A cada disciplina era associada uma cátedra, ocupada de forma vitalícia pelo catedrático. A criação da USP em 1934 inovou ao emular a Sorbonne, com a importação de intelectuais franceses e italianos para seu estabelecimento. A reforma universitária de 1968 buscou moderni-

zar o sistema de ensino superior e torná-lo mais próximo do sistema norte-americano, então hegemônico. Isso envolveu a extinção das cátedras e criação dos departamentos, e a passagem do sistema seriado da graduação para um sistema de créditos. No entanto, muitos dos vícios do sistema anterior continuaram existindo, em particular a opção precoce por uma determinada formação profissional e os currícula estreitos e mais voltados para o adiestramento em competências do que para a formação. O projeto de reforma do ensino superior, atualmente tramitando no Congresso Nacional propõe mais mudanças administrativas do que acadêmicas e se for aprovado como está corre o risco de perpetuar uma das instituições mais perversas do sistema: o vestibular. Não é o objetivo deste artigo fazer uma análise profunda do sistema de educação superior brasileiro, mas apenas discutir as conseqüências da arquitetura acadêmica e da instituição vestibular sobre a sociedade e a percepção que a sociedade como um todo tem da universidade e do ensino superior. Infelizmente, para o cidadão comum as universidades são percebidas apenas como formadoras de profissionais.

Começamos observando a confusão entre ensino superior e ensino universitário. Atualmente a denominação universidade aplica-se a um grande número de instituições, em sua maioria privadas, que produzem pouca ou nenhuma pesquisa e inovação. Basta darmos um passeio por qualquer grande cidade brasileira para deparar-mos-nos com coloridos *outdoors* anunciando a Uni-XXX, “aprovada” ou “recomendada” pelo MEC, com diversos cursos de graduação em geral em áreas que dispensam laboratórios ou instalações dispendiosas. Isso traduz a percepção que setores majoritários da sociedade têm de universidade, confundindo escolas de terceiro grau com universidades verdadeiras, onde seguindo o preceito humboldtiano a pesquisa, o ensino e a extensão são indissociáveis. Mais de uma vez pessoas me perguntaram que eu vou fazer na Unicamp em julho ou janeiro, quando os estudantes estão em férias e conseqüentemente não temos aulas.

No modelo de vestibular atual, com raras exceções, cada candidato escolhe a profissão em que deseja ser formado e concorre com os demais candidatos a uma das vagas oferecidas. O processo de seleção é implacável. Para cada candidato admitido muitos serão recusados. Entre os recusados com certeza estão jovens talentosos

que poderiam ter sucesso caso tivessem tido a oportunidade de ter contato com o ensino superior e conhecer melhor o complexo mundo das profissões atual. A escolha profissional precoce, muitas vezes baseada mais em impressões do que em vocações os deixou fora da universidade. Provavelmente muitos desses candidatos acabam sendo admitidos em uma instituição que proporcionará uma formação menos abrangente e completa do que aquela proporcionada por uma universidade. Hoje em dia no Brasil, e em particular na região sudeste, considerando o conjunto de IES públicas e privadas, há oferta de mais de uma vaga para cada candidato ao ensino superior.

Outro aspecto importante é o caráter elitista e excludente da maioria dos vestibulares de universidades públicas, tanto estaduais quanto federais. Poucos vestibulares de universidades públicas preservam entre os aprovados a mesma proporção de inscritos egressos de escolas públicas. Candidatos oriundos de escolas públicas têm em média perfil sócio-econômico nitidamente diferente (mais pobre, mais negro) do que os oriundos de escolas particulares. Por quê isso acontece? A resposta não é óbvia, mas claramente a forma como o vestibular é elaborado é largamente responsável por isso.

O vestibular, instituição republicana por excelência (para usar o jargão atual) no sentido de oferecer a priori chances iguais para todos segundo sua capacidade revela-se um instrumento de exclusão. Ocorre que na maioria das universidades públicas a elaboração e a correção dos vestibulares é delegada a organizações externas (em geral fundações) que devem determinar segundo seus parâmetros os mais aptos para o ensino superior. São feitos contratos de forma que o processo tenha o menor custo possível preservando a seletividade. Obviamente é muito mais fácil elaborar um processo seletivo com questões que verificam conhecimento acumulado do que potencial e talento para o ensino superior.

Se por um lado é impossível prepararmos um instrumento de seleção completamente imune a influências do perfil sócio-econômico (e conseqüentemente não podemos prescindir de mecanismos de ação afirmativa), por outro é possível elaborar questões muito mais voltadas para a capacidade de leitura, articulação de idéias e expressão do que para a memorização. Com questões desse tipo a seleção reduz muito o desperdício de talen-

to. A experiência da Unicamp nesse sentido foge à regra: Há 20 anos na Unicamp a proporção de egressos de escolas públicas é praticamente a mesma entre os inscritos e os matriculados, cerca de 30%. O vestibular preserva a proporção. Talvez por isso a Unicamp tem alguns dos melhores estudantes do país em seu quadro discente.

Inovação requer uma alta concentração de profissionais com formação superior de qualidade. Nem todos esses profissionais precisam ter passado por um mestrado ou doutorado. É fundamental, por outro lado, que os envolvidos na inovação tenham a mente aberta para diferentes visões de mundo e que sua formação superior propicie essa abertura. No Brasil, ao contrário, formamos cientistas e engenheiros em sistemas bitolantes, nos quais todo ou quase todo o currículo resume-se a disciplinas técnicas. Qualquer formação mais aberta é obtida por esforço individual de cada estudante. Além disso, os currículos são em geral pesados, com carga horária exagerada, como se o aprendizado ocorresse apenas em sala de aula. Ensinamos muito mais do que a capacidade de aprender dos estudantes, e nossos currículos são tão densos que não deixam tempo ou espaço para uma formação mais transversal ou voltada para valores de cidadania. É comum encontrarmos estudantes brilhantes em matemática mas que não conseguem emitir uma opinião sobre arte, sobre diversidade, sobre exclusão. Eles simplesmente não são estimulados a desenvolver valores éticos e sensibilidades além do estritamente técnico, ingredientes importantes em profissionais realmente inovadores.

Como poderíamos formar mais e melhor, aumentando nossa capacidade para a inovação?

São urgentes pelo menos três movimentos, todos possivelmente interdependentes:

1. A hierarquização das instituições de ensino superior. É fundamental que fique clara a distinção entre ensino superior e universitário. Universidades devem formar com a pesquisa. Instituições não-universitárias devem formar com qualidade sem obrigatoriamente envolver a pesquisa. Com custo operacional menor, instituições desse tipo podem formar muito mais gente em tempo mais curto. Não é surpreendente o fato de a grande maioria das instituições pri-

vadas serem na verdade instituições de ensino superior não-universitárias que se atribuem o título de universidades. Por outro lado, existem poucas instituições superiores públicas que não são universidades, fazendo com que uma expansão do sistema público seja demasiado onerosa. Os CEFETs e as FATECs no estado de São Paulo são exemplos de instituições superiores não-universitárias públicas. No entanto, devido a forma como todas as IES são avaliadas (usando parâmetros de universidades), muitos CEFETs estão se voltando para a pesquisa, aumentando assim seus custos operacionais e alterando sua missão institucional. A expansão do sistema público superior deveria ocorrer essencialmente em instituições não-universitárias, especialmente na área de tecnologia. Mais gente com formação superior certamente impulsiona a inovação.

2. Mudanças radicais na estrutura curricular dos cursos superiores. A estrutura atual exige uma escolha de carreira antes mesmo do vestibular. Uma vez admitido, o estudante é submetido a uma carga horária massacrante e específica da profissão escolhida. Não há espaço para uma formação em disciplinas fora da opção de curso. Mudanças de trajetória ao longo da formação são dificultadas por cadeias de pré-requisitos complicadas e específicas. A especialização profissional desde o início do curso combina desperdício de recursos materiais e humanos (várias disciplinas são duplicadas entre as diferentes graduações), diminuindo a capacidade de absorver estudantes. É preciso criar estruturas curriculares que permitam ingresso geral e único de estudantes com possibilidades de formação individualizada e escolha de carreira já dentro do sistema superior. É preciso introduzir interdisciplinaridade e formação cidadã nos currículos. É preciso criar mecanismos que facilitem a transferência de estudantes especialmente talentosos do sistema não-universitário para o sistema universitário. Seria muito recomendável que o sistema de ensino superior nacional fosse compatível com o processo de Bolonha, que está em curso na Europa e permite intercâmbio nacional e internacional de estudantes. O ingresso único para instituições de ensino

superior reduziria em muito o desperdício de talentos que o vestibular por curso impõe. Os estudantes ingressariam na instituição, e não diretamente no curso desejado. Um novo processo de seleção ao longo dos primeiros anos de ensino superior, considerando o desempenho acadêmico determinaria a ordem de preferência para completar as vagas no estágio seguinte. Compatibilidade com o modelo de Bolonha simplificaria o intercâmbio internacional de estudantes.

3. Mudanças no vestibular. Seria muito interessante termos vestibulares mais voltados para a identificação do potencial para o ensino superior mais do que para o conhecimento acumulado. Provas voltadas para avaliação de conhecimento têm como consequência o favorecimento de candidatos com maior acesso a bens culturais e a treinamentos específicos. Assim poderíamos minimizar a exclusão de jovens talentosos do ensino superior de qualidade devido a fatores sócio-econômicos. Ainda assim, mecanismos de ação afirmativa continuariam sendo importantes.